

A anáfora de 3ª pessoa em esfera escolar: clítico acusativo, pronome pleno, nulo e NPs plenos

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v52i3.3686>

Lilian Coelho Pires¹
Heloísa Lima Salles²

Resumo

O estudo investiga o uso da anáfora pronominal de 3ª pessoa na aquisição da língua escrita por estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Superior, em perspectiva comparada e transversal. A análise parte dos resultados do estudo experimental de Pires (2015), que examinou a ocorrência de clíticos acusativos de 3ª pessoa, e variantes (pronome forte, nulo e SN pleno), tendo como referência a hipótese do desenvolvimento da escrita como um tipo de segunda língua (L2), nos termos de Kato (2005, 2011), com acesso à GU, conforme White (2003). As sentenças escritas foram obtidas pela técnica experimental denominada produção eliciada e semiestruturada (Thornton, 1988), com foco em textos formais narrativo-descritivos e adotando perspectiva transversal. O estudo avança no sentido de demonstrar a transferência das propriedades do português oral (L1), no estágio inicial da aquisição da escrita-padrão do PB (L2) por estudantes do ensino fundamental, por um lado, além da ocorrência do clítico em contextos sintáticos não disponíveis, seja no *input* do português escrito (língua alvo), seja no português oral (L1), por outro.

Palavras-chave: Aquisição da escrita padrão; aquisição de L2; desenvolvimento linguístico; anáfora de 3ª pessoa.

1 Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil; cpireslilian@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-0283-3431>

2 Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasília, Brasil; heloisasalles@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-4190-1804>

The 3rd. person anaphor in the school sphere: accusative clitics, lexical pronouns, nulls, and full NPs

Abstract

The study investigates the use of the third person anaphor in the acquisition of the written language by students of the Elementary school, High school and Higher education levels, in a comparative/transversal perspective. The analysis is based on the results of the experimental study conducted by Pires (2015), which has examined the occurrence of third person accusative clitics, and variants (strong pronoun, null and full NP), having as reference the hypothesis that the written language develops as a second language (L2), in terms of Kato's (2005, 2011) discussion, with (partial) access to UG, as in White (2003). The written production was obtained by the experimental technique called elicited and semi-structured production sentences from a formal narrative-descriptive text was obtained by the experimental technique called elicited production (Thornton, 1988), in an educational environment, adopting a transversal perspective. The study advances showing the transfer of the properties of spoken Portuguese (L1), in the initial stage of the acquisition of standard BP writing (L2), by students of the Elementary level, on the one hand, in addition to occurrences of the clitic in syntactic contexts not available whether in the (written) input (target language), or in the spoken Portuguese language (L1), on the other hand.

Keywords: Acquisition of written standard language; L2 acquisition; linguistic development; 3rd person anaphor.

Introdução

O estudo investiga a realização da anáfora pronominal acusativa de 3^a pessoa por falantes do Português Brasileiro (PB) em esfera escolar, mediante procedimento experimental realizado em níveis acadêmicos que vão do Ensino Fundamental (2^o ciclo) até o Ensino Superior.

A investigação parte da hipótese de que o conhecimento linguístico da escrita-padrão se manifesta como um processo de aquisição de segunda língua (L2), nos termos da discussão formulada em Kato (2005, 2011), tendo como referência a abordagem da biolinguística, conforme Chomsky (1995, 2005), bem como a análise das fases da interlíngua, segundo a Hipótese do Acesso Parcial à Gramática Universal (White, 2003).³

3 Esta hipótese foi investigada na tese de doutorado, intitulada *Aquisição da escrita-padrão do Português Brasileiro em esfera escolar: um estudo transversal*, de autoria de Lilian Coelho Pires, (UnB, 2015). Neste estudo, avançamos a discussão no sentido de verificar as propriedades formais envolvidas na transferência das propriedades da L1, nas fases iniciais, bem como no desenvolvimento linguístico em relação ao uso da anáfora de 3^a pessoa na língua escrita.

Partindo de estudos prévios, evidencia-se o uso restrito do clítico acusativo de 3ª pessoa no PB oral, e o favorecimento do uso do objeto nulo e do pronome lexical forte (ele(s); ela(s)) (doravante pronome lexical). Constatam-se, tangencialmente, o uso produtivo do clítico de 1ª e 2ª pessoa, no PB oral, ocorrendo, uniformemente em posição de próclise, uma posição inovadora, diferentemente da norma da escrita-padrão, que estabelece que a posição "lógica, normal" do clítico Objeto Direto (doravante OD) é a ênclise, a que se associam fatores de próclise (cf. Cunha; Cintra, 1986).

A análise parte dos resultados do estudo experimental de Pires (2015), que examinou sentenças escritas de estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Superior. A produção de sentenças escritas (semiestruturadas) de texto formal narrativo-descritivo foi obtida pela técnica experimental denominada produção eliciada (Thornton, 1988), em ambiente educacional, adotando-se a perspectiva transversal. Para tanto, é investigado o uso de clíticos acusativos de 3ª pessoa, na relação com as demais variantes (pronome lexical forte, nulo e NP pleno), tendo como referência a hipótese do desenvolvimento linguístico pelo acesso à GU, nos termos da discussão de Kato (2005, 2011), e do acesso (parcial) à GU, conforme White (2003).

Neste estudo, demonstra-se a transferência das propriedades do português oral (L1), no estágio inicial da aquisição da escrita-padrão do PB, por um lado, além de ocorrências do clítico em contextos sintáticos não disponíveis no *input* (escrito), por outro. Na análise transversal, observou-se o desenvolvimento linguístico, ou seja, a ampliação gradativa no uso do clítico acusativo de 3ª pessoa, o que confirma análises prévias que demonstram o impacto do *input* linguístico para a aquisição (por imersão ou por instrução). Os resultados apontam semelhanças entre a aquisição da escrita-padrão do PB e aquisição de L2, identificando-se opcionalidade, uma característica associada à indeterminação lexical no mapeamento dos traços formais.

A análise será desenvolvida como a seguir: na seção 2, sistematizamos o quadro teórico em que se desenvolve o estudo; na seção 3, apresentamos a metodologia de coleta de dados e os resultados; na seção 4, discutimos os resultados; a seção 5 apresenta as considerações finais.

Pressupostos teóricos: a Gramática Universal e a aquisição da língua escrita

Conforme já mencionado, partimos da hipótese de que o desenvolvimento da escrita é um tipo de aquisição de segunda língua (L2), sendo esse processo regido pelos princípios da Gramática Universal (GU). Portanto, estamos considerando que o conhecimento linguístico da fala e da escrita são representados por gramáticas distintas, uma hipótese discutida em Kato (2005, 2011), como será demonstrado a seguir.

Essa discussão remonta à ideia de Chomsky (1981), segundo a qual a língua-I do indivíduo letrado consiste em uma gramática nuclear (G1 – gramática da fala) e em uma periferia marcada (G2 – gramática da escrita). Diferentemente da “gramática da fala”, que é constituída pela fixação de parâmetros, a “gramática da escrita” é constituída de “regras” estilísticas adquiridas durante a escolarização. Neste estudo, consideramos, porém, que a gramática da escrita não se define com um conjunto de regras estilísticas. Em particular, postulamos a existência de duas gramáticas distintas no repertório do letrado, a gramática nuclear, adquirida na infância, e a gramática da escrita (resultante do letramento), desenvolvida primordialmente (mas não só) na escola.

Assumimos uma versão fraca da hipótese do bilinguismo universal, conforme propõe Roeper (1999), segundo a qual existe bilinguismo dentro de uma língua, o que permite captar casos particulares de opcionalidade e de variação lexical. Nesse sentido, conforme argumenta Roeper (1999, p. 2, tradução própria): “[...] cada língua, observada de perto, vai apresentar domínios em que escolhas ‘contraditórias’ são feitas e, portanto, existe um bilinguismo oculto”⁴.

Consideramos, assim, que a variação na língua-I do indivíduo letrado somente é possível entre sua Gramática Nuclear e sua G2 – gramática da escrita. Supomos, então, que os indivíduos letrados, como aprendizes de uma segunda gramática, estão sujeitos a apresentarem variantes que podem ser associadas às prescrições das gramáticas normativas.

Retomando as contribuições de Kato (2005, 2011), supomos, ainda, que a escolha de uma gramática está vinculada aos registros sociais, um aspecto ortogonal em relação ao bilinguismo universal, conforme formulado na análise de Roeper (1999). Reconhecemos o fato de que as características dos registros sociais variam de forma independente da estrutura gramatical. Então, a mudança de uma gramática sinaliza a mudança no registro social. Uma mudança no registro social é evidenciada pelo uso de outro sistema gramatical. E o que distingue o registro social é a presença de operações gramaticais básicas que pertencem a uma gramática específica. O abandono de uma gramática a partir de um conjunto de gramáticas pode ser motivado por razões sociais que são externas a qualquer gramática particular em si. Nesse caso, a gramática permanece, mas simplesmente não é utilizada (cf. Roeper, 1999, p. 13-14). No caso do indivíduo letrado, supomos que, em sua Língua-I, formas gramaticais incompatíveis coexistem, exatamente como coexistem os sistemas gramaticais na situação canônica de bilinguismo.

Acredita-se que o indivíduo letrado é um tipo particular de bilíngue, que faz alternância de código (*code-switching*) entre a G1 da gramática nuclear e a G2 que corresponde

4 No original: “[...] every language, looked at closely, will involve some domains where ‘contradictory’ choices are made and therefore a hidden bilingualism exists.”

ao desenvolvimento da gramática da língua escrita (cf. Kato, 2005, p. 144). Supõe-se, portanto, que suas produções escritas apresentarão alternância de código entre as formas licenciadas em sua gramática nuclear (gramática da fala) e a gramática desenvolvida na escola (gramática da escrita). Em outras palavras, a Língua-I do indivíduo letrado contém uma G1 (gramática da fala) e uma G2 (gramática da escrita) e sua Língua-E pode apresentar inúmeros exemplos da presença concomitante de formas com a mesma função, como em situações *code-switching*, em que gramáticas e léxicos distintos podem coexistir.

Reportamo-nos a estudos e dados que representam a mudança na gramática do Português Brasileiro e distinguimos a G1 (que corresponde à gramática nuclear/L1) e a G2 (que corresponde à gramática da língua escrita) do indivíduo letrado, o que caracteriza um tipo de bilinguismo.

A situação descrita em relação ao processo de aquisição do clítico de 3ª pessoa pelo indivíduo brasileiro durante o período escolar permite constatar que existem evidências de acessibilidade à GU. Defendemos que, no processo de aquisição do português escrito-padrão, ocorre inicialmente a transferência dos traços paramétricos da G1 (gramática da fala) conforme se depreende da produção escrita de crianças no estágio inicial de letramento. Essa afirmação é sustentada pela Hipótese do Acesso Parcial à GU, a qual advoga que a aquisição da L2 é intermediada pela gramática da L1, isto é, a L1 é o estado mental inicial, antes que o aprendiz tenha se apropriado dos novos valores paramétricos da L2. Segundo a hipótese do bilinguismo universal, que propõe a possibilidade de coexistência de duas gramáticas distintas na Língua-I (Roeper, 1999, p. 15), o acesso à GU pode ocorrer de modo direto ou indireto através do acesso ao *input* gerado no contexto educacional (e em outros cenários que preveem o uso do registro formal da língua, como igrejas, narrativas infantis, etc.) (Kato, 2005, p. 142-143). Presumimos que os traços que definem as propriedades paramétricas do PB falado, no que diz respeito à sintaxe dos pronomes objeto, possam interferir na estrutura sintática das sentenças produzidas por escrito em português.

Passamos a sistematizar propriedades que distinguem a G1 (gramática nuclear/L1), conforme indicado em estudos prévios desenvolvidos na abordagem da teoria gerativa e/ou da sociolinguística laboviana (cf. Duarte, 1986; Pagotto, 1992; Cyrino, 1994, 1997; Galves, 2001, entre muitos outros), e a G2, esta última correspondendo primordialmente ao desenvolvimento da escrita (cf. Corrêa, 1991; Kato, 2005, 2011; Kato; Cyrino; Corrêa, 2009).

Primeiramente, destaca-se que o PB é uma língua de objeto nulo, e a distribuição dessa categoria é determinada pelo traço [-animado] (cf. Cyrino, 1994, 1997).⁵ Na 3ª pessoa,

5 Cyrino (1997) desenvolve uma análise sobre o objeto nulo do PB demonstrando que sua manifestação se relaciona ao antecedente [-animado] (cf. (i) Eu sonho com Paris [...] é como se já tivesse conhecido [Paris]). O objeto nulo só é marcado como [+animado], se ocorre em estrutura

o objeto direto pode ser ainda realizado por pronome lexical forte (*ele/ela*). Diante disso, o preenchimento do objeto por um pronome clítico envolve a aquisição de novo item linguístico e as propriedades formais que o licenciam, pressupondo o processo de letramento. Portanto, supomos que o objeto nulo em uma sentença escrita, bem como o preenchimento dessa posição pelo pronome lexical forte, reflexos da gramática da fala, se manifestem na escrita (G2) como forma de transferência de traços paramétricos da L1.

Apresentamos, no Quadro 1, as propriedades identificadas nos estudos citados, seguindo-se dados do português brasileiro (PB) que exemplificam cada caso, em perspectiva comparada com o português europeu (PE), o que permite identificar o caráter inovador do PB em relação à sintaxe da anáfora de 3ª pessoa.⁶

Quadro 1. Variação sintática no PB: clítico acusativo, objeto nulo e pronome lexical

PB oral Duarte (1989), Pagotto 1992), Cyrino (1997), Galves (2001), Kato <i>et al.</i> (2009)	PB vs. PE
<p>Desaparecimento do clítico acusativo de 3ª pessoa (o, os, a, as):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Substituição do clítico acusativo pelo Objeto Nulo [-animado] • Preenchimento pelo pronome lexical [+animado] ele(s), ela(s) 	<p>(1) Maria procurou Pedro, mas não achou ele. (PB)</p> <p>(2) Pedro procurou o casaco, mas não Ø achou. (PB)</p> <p>(3) Tirou seu dinheiro do bolso e mostrou Ø ao recém-chegado. (PB)</p> <p>(4) Tirou seu dinheiro do bolso e mostrou-o ao recém-chegado. (PE)</p>

de elipse de VP ou quando o antecedente é também [-específico] (cf. (ii) 'A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria o menor infrator; [...] não é ela o único que cria [o menor infrator]', exemplo de Duarte (1986, p. 13), citado por Cyrino (1997, p. 213). Diante disso, propõe que essa categoria se constitui por reconstrução de NP na forma lógica. Diferentemente, no PE, o objeto nulo é analisado como uma variável, como argumenta Raposo (1986), ocorrendo em sentença simples (cf. (i) [O Pedro]_i_{TOP} A Maria encontrou e_i na feira ontem), ou em estrutura paralela ((ii) A Maria leu esse livro_i e o Manuel leu e_i também), sendo a referência do operador nulo construída a partir de um Tópico (via movimento para a periferia da oração/CP), sendo impossível a extração de ilha sintática, como se depreende da agramaticalidade das sentenças a seguir, todas possíveis no PB (cf. (iii) [o anel]_i Eu informei a polícia da possibilidade de o Manuel ter guardado e_i no cofre da sala; (iv) [o pastel]_i o rapaz que trouxe e_i agora mesmo da pastelaria era teu afilhado), conforme ilustrado em Raposo (1986). Conclui-se que o objeto nulo é uma categoria inovadora no PB.

6 A relação entre o PB e o PE, pelo ponto de vista diacrônico, tem sido amplamente investigada, em face das condições sócio-históricas que motivaram a formação do PB. Não vamos nos deter nesses estudos. Remetemos o leitor ao trabalho de Pires (2015), que sistematiza os principais resultados no contexto da presente discussão.

Uso no NP lexical anafórico	(5) A rainha, então, leva a princesa perto <u>do seu amado</u> . [...] A princesa, muito rapidamente, consegue salvar <u>o plebeu</u> . (extraído de Pires, 2015)
Posição inovadora do clítico (1ª e 2ª p.), com o uso generalizado da próclise – em oposição ao PE, em que a próclise é condicionada pela presença de operadores (interrogativo/de negação/ aspectuais).	(6) Quem me viu? (PB) (7) Quem me viu? (PE) (8) Não te vi. (PB) (9) Não te vi. (PE) (10) Me chame amanhã. (PB) (11) Chame-me amanhã. (PE)
Ausência do movimento longo do clítico (próclise ao verbo lexical da perífrase verbal) – em oposição ao PE, em que ocorre próclise ou ênclise ao auxiliar da perífrase)	(12) Pedro deve me telefonar hoje. (PB) (13) O Pedro deve- me telefonar hoje. (PE) (14) O Pedro deve telefonar- me hoje. (PE)
Ausência do clítico acusativo em orações com sujeito ECM ⁷ , com verbos causativos, perceptivos – uso do pronome lexical, em oposição ao PE, que utiliza o clítico acusativo.	(15) Eu vi ele saindo (PB) (16) Vi-o saindo (PE)

Fonte: Elaboração própria

Assumindo os pressupostos citados, supomos que a interferência do PB falado na formação das sentenças escritas ocorre pelo fato de o aprendiz ainda não ter fixado a gramática da escrita, isto é, a aquisição do clítico de 3ª pessoa não é verificada, pois o *input* necessário não foi oferecido – ou não está (suficientemente) acessível no *input*. Visa-se, então, verificar se a aquisição da escrita é um processo regido pelos princípios da GU ou não; em caso afirmativo, saber o modo pelo qual a GU é acessada na aquisição da L2, embora nossa hipótese inicialmente preveja o acesso indireto (ou parcial) à GU.

⁷ Os sujeitos ECM (do inglês, *Exceptional Case Marking*/Marcação Excepcional de Caso) ocorrem em estruturas perifrásticas com verbos causativos e perceptivos, em que o sujeito do verbo subordinado é realizado (excepcionalmente) por um clítico acusativo, no domínio sintático do verbo causativo/perceptivo, ou por um pronome lexical (ele(s)/ ela(s)) (cf. (17) e (18), Quadro 1). Remetemos o leitor ao estudo de Pires (2015), para a discussão sobre a ocorrência dessas variantes no PB, e nos dados dos participantes. Agradecemos ao parecerista anônimo por alertar para a necessidade de qualificar essa estrutura, que se mostra relevante na discussão sobre o desenvolvimento da gramática da língua escrita no estudo proposto, no que se refere à posição do clítico (cf. seção 4).

Conforme mencionado, uma hipótese a ser testada é a de que, no estágio inicial da aquisição do português escrito, o indivíduo tenderá a transferir os traços paramétricos do PB falado (G1), no que diz respeito à realização morfosintática do objeto (direto). Buscamos verificar até que ponto o objeto direto nulo, a realização do OD anafórico pelo pronome lexical, fenômenos de natureza sintática que caracterizam a “gramática brasileira”, se encontram implementados na produção escrita dos participantes.

Portanto, supõe-se que o processo de aquisição da gramática da escrita (G2) ocorra de modo semelhante ao processo de aquisição de uma L2. Em particular, investigamos a hipótese de que a aquisição do clítico de 3ª pessoa seja um processo regido por princípios universais (nos termos de White, 2003). Na escola, a criança deve prosseguir na construção do conhecimento da G2 à medida que receba o *input* linguístico necessário para o desenvolvimento do conhecimento linguístico associado a um novo valor paramétrico e da(s) propriedade(s) formal(is) correspondente(s) – cabendo explicitar como o novo parâmetro passa a integrar a língua interna (Língua-I) do falante/aprendiz.

Por fim, para auxiliar um panorama que vislumbre a distinção do PB oral e do PB escrito, apresentamos a seguir um resumo esquemático (cf. Quadro 2) que mostra a diferença paramétrica entre as duas gramáticas no que se refere à realização do objeto direto (OD), em que se verifica a utilização do clítico acusativo, do objeto nulo e do pronome lexical, em oposição às regras prescritas pela gramática tradicional (GT), segundo Cunha e Cintra (2008), considerando que são essas as instruções adotadas nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos e por ser essa a descrição gramatical institucionalmente aceita no âmbito educacional.

Quadro 2. Características da gramática da fala do PB *versus* gramática da escrita-padrão segundo a GT (Kato; Cyrino; Corrêa, 2009; Kato, 2005, 2011)

Gramática da fala do PB (G1)	Gramática da escrita-padrão segundo a GT (G2)
Objeto Nulo	Objeto Nulo ou Clítico
Sintagma Nominal (anafórico)	Clítico Acusativo
Pronome Lexical (3ª pessoa)	Clítico em Ênclise
Próclise generalizada (1ª / 2ª pessoa)	Ênclise em início de enunciado
Movimento curto do clítico pronominal	Movimento longo do clítico

Fonte: Elaboração própria

Uma vez constatado que o *input*, no PB oral, em relação à sintaxe do objeto, é a entrada robusta da categoria nula, do pronome lexical e o uso do sintagma nominal (pleno), e que a aquisição do clítico acusativo se dá pela educação formal na aquisição da língua escrita e por práticas sociais de letramento, passamos a observar a manifestação dessas categorias nos textos escritos de estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Superior.

Conforme mencionado anteriormente, pressupomos que no processo inicial de aquisição dessa segunda gramática – gramática da escrita – manifestem-se os traços paramétricos do PB oral, e sendo a escola o ambiente preferencial para as práticas de letramento, espera-se que, com o decorrer dos anos de escolaridade, o indivíduo seja exposto ao *input* necessário para a fixação do clítico acusativo de 3ª pessoa, bem como de sua posição em relação ao verbo.

Procedimentos metodológicos

Nesta seção, apresentamos uma síntese dos procedimentos metodológicos adotados para a coleta dos dados, conforme formulados em Pires (2015). Ressaltamos que apresentamos, neste artigo, um recorte dos resultados, considerando nosso objetivo de avançar na discussão sobre o desenvolvimento da gramática da língua escrita.

A investigação, classificada como descritiva, quantitativa, experimental e transversal, envolve indivíduos brasileiros em fase escolar/acadêmica em diferentes níveis de escolaridade. Foi realizada no período de outubro a dezembro de 2011, em duas instituições de ensino regular pública estadual e federal da Grande Florianópolis/SC, a saber a Escola de Educação Básica Francisco Tolentino e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Os dados foram obtidos por meio de testes experimentais, do tipo produção eliciada, espontânea e descritiva, que buscaram verificar o desenvolvimento linguístico em relação à produção de clíticos de 3ª pessoa na função de objeto direto em sentenças escritas em língua portuguesa, por estudantes brasileiros matriculados no ensino fundamental (7º, 8º e 9º anos = 18 estudantes), ensino médio (1º, 2º e 3º anos = 18 estudantes) e ensino superior (14 acadêmicos da 1ª fase de graduação e 4 participantes com ensino superior completo = 18 estudantes), sendo 6 (seis) estudantes de cada turma que perfizeram um total de 54 (cinquenta e quatro) participantes.⁸ A faixa etária dos participantes corresponde a cada nível do ensino escolar do seguinte modo: de 12 a 16 anos são do ensino fundamental, de 15 a 20 anos do ensino médio e de 17 a 22 anos são da 1ª fase do ensino superior e de 51 a 59 são do ensino superior completo.

O experimento foi elaborado de acordo com a técnica experimental denominada produção eliciada (Thornton, 1998, p. 77-102). Esta técnica experimental é, normalmente, utilizada para revelar o conhecimento gramatical de crianças ao produzirem estruturas sentenciais no processo de aquisição de suas línguas maternas. As estruturas sintáticas de interesse

8 Os testes experimentais foram obtidos em comum acordo com os respectivos autores/estudantes e educadores das instituições escolares, bem como submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa, do Instituto de Ciências Humanas – CEP/IH, da Universidade de Brasília (identificação 9-12/2011).

são eliciadas no contexto de um jogo, no qual frequentemente a criança interage com um boneco. O jogo é controlado em direção ao objetivo pretendido. O boneco ou o fantoche é quem está aplicando a técnica e, ao interagir com a criança, irá manipular a situação ou o contexto de tal modo que conduzirá a criança a expressar verbalmente uma estrutura a ser investigada. É importante ressaltar que as estruturas sintáticas a serem investigadas não devem ser proferidas por quem estiver conduzindo a técnica.

Seguindo os critérios metodológicos dessa técnica, adaptamos o experimento ao nosso interesse, ao ambiente de sala de aula e ao grupo de estudantes.⁹ Assim, no desenvolvimento do experimento, propusemos a leitura de pequenos textos narrativos-descritivos, formulados no registro formal, em contextos formais hipotéticos diversos (Sala de audiência da 1ª Vara do Juizado de Menores; Gabinete da Presidência da República do Brasil; Castelo na Inglaterra no Século XVII; Cerimônia de casamento em templo religioso; na universidade, durante a disciplina de literatura do curso de Letras), em que constavam lacunas a serem preenchidas a partir de uma solicitação formulada entre parênteses, com o intuito de eliciar a produção escrita de estruturas sintáticas em que o OD anafórico fosse evidenciado. Exemplificamos, no quadro 3, uma das 6 (seis) narrativas do instrumento experimental.

Quadro 3. Amostra de produção eliciada semiestruturada

III - Contexto situacional: Castelo na Inglaterra no Século XVII

A princesa apaixonou-se por um plebeu e vivia suspirando pelos cantos. Ela não se cansava de falar de seu sentimento pelo amado.

- Eu _____ mais que tudo nesta vida.

(AMAR)

Naquele castelo, as paredes tinham ouvidos e, logo a rainha soube do amor da princesa pelo plebeu. Raivosa, a rainha mandou prender o rapaz e comunica ao povo que ele fora condenado à morte. Em praça pública, a rainha aponta para o condenado e ordena ao carrasco:

- _____.

(MATAR)

Neste momento, ouve-se a princesa a gritar desesperada. Subitamente, os soldados _____

_____.

(AGARRAR)

A execução do plebeu fora interrompida.

Então, dirigindo-se à rainha, pede piedosamente pela liberdade de seu amado:

- Por favor, _____.

(LIBERTAR)

A rainha nega o pedido e a princesa inconformada com a situação, insiste:

⁹ Como prevê a metodologia de Thornton (1998), realizamos uma etapa preliminar de aproximação, em que os participantes foram convidados/as a produzir um texto após exposição a uma sequência de imagens não-verbais.

- Por favor, permita-me ao menos beijar pela última vez o meu amor.
A rainha, então, leva a princesa perto do seu amado, mas não _____. (12) DEIXAR + BEIJAR)
A rainha distrai-se. A princesa, muito rapidamente, _____ e os dois fogem montados em um cavalo branco. (CONSEGUIR+SALVAR)
A poderosa rainha agora esbravejava, enquanto o povo feliz _____. (14)
(VER + FUGIR)
O acontecimento era comentado por todo o reinado. Alguns diziam que a princesa havia beijado o seu amado e outros diziam que ela não _____. (15)
(HAVER+BEIJAR)

Fonte: Elaboração própria

A análise transversal: os dados do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do Ensino Superior

Passamos a analisar as ocorrências variantes de OD dos três grupos, em termos das propriedades semânticas do antecedente (animacidade; especificidade) e aos contextos sintáticos (estrutura sentencial e estrutura verbal), buscando relacionar os resultados ao estágio de desenvolvimento linguístico, em relação à aquisição do clítico pelos participantes, tendo em vista a hipótese de que os níveis EF, EM e ES correspondam a etapas distintas (e cumulativas) de exposição ao *input* linguístico da língua escrita-padrão do PB.

Apresentamos também, em cada nível de escolaridade, uma análise quantitativa da produção linguística dos participantes, considerados individualmente, com base nos tipos de realização do OD, a fim de indiretamente indicar seu estágio da proficiência em G2. Pretendemos, com isso, verificar, nesses contextos, evidência positiva do clítico acusativo na produção escrita dos participantes e caracterizá-la como indicadora da aquisição da G2, tendo em vista que a perda/ausência de clítico acusativo de 3ª pessoa é característica do PB oral (L1/G1). Por outro lado, evidências positivas de objeto nulo, de pronome lexical e de NP pleno serão identificadas como evidência de transferência do PB oral (G1), haja vista a alta incidência dessas variantes na fala e a não prescrição de seu uso pela gramática da escrita-padrão do PB.

Passemos então a uma visão mais detalhada da produção dos participantes nos três níveis de escolaridade, em que, por hipótese, verificamos o estágio em que se encontram na aquisição da gramática da escrita-padrão (G2). Do total de 862 ocorrências de objeto direto, 289 sentenças foram produzidas pelos participantes do ensino fundamental (EF), 286 sentenças pelos participantes do ensino médio (EM) e 287 sentenças pelos participantes do ensino superior (ES), conforme evidenciado na tabela, em que se verifica a realização das variantes do OD anafórico, em função dos níveis de escolaridade, e por ano escolar, em cada nível, respectivamente:

Tabela 1. Tipos de OD anafórico de 3ª pessoa vs. ano escolar/nível acadêmico (EF, EM e ES)

Ano Escolar	Objeto Nulo	NP Pleno	Pronome Lexical	Clítico Acusativo	Total
7º ano – EF	37,8%	5,1%	17,3%	39,8%	98
8º ano – EF	40,0%	6,0%	15,0%	39,0%	100
9º ano – EF	31,9%	15,4%	6,6%	46,2%	91
Total /Ensino Fundamental	36,7%	8,7%	13,1%	41,5%	289
1º ano – EM	28,0%	9,7%	2,2%	60,2%	93
2º ano – EM	19,6%	5,2%	3,1%	72,2%	97
3º ano – EM	24,0%	7,3%	3,2%	65,6%	96
Total / Ensino Médio	23,8%	7,4%	2,8%	66,1%	286
1ª fase – ES incompleto	19,0%	11,5%	8,4%	61,1%	226
ES completo	13,1%	1,6%	0,0%	85,2%	61
Total / Ensino Superior	17,8%	9,4%	6,6%	66,2%	287
Total	225	73	65	499	862

Fonte: Elaboração própria

Em relação aos dados produzidos pelos participantes do ensino fundamental (EF), verifica-se que perfazem um total de 289 ocorrências de objeto direto anafórico, dividindo-se em 120 ocorrências de clítico, 106 de objeto nulo, 38 de pronome lexical e 25 de NP pleno, conforme mostra a tabela 2. Verificamos que os participantes do EF, nos três diferentes níveis de escolaridade (7º 8º e 9º anos) somados, optam de modo alternativo ora pelo uso do clítico (41,5%), ora pelo uso objeto nulo (36,7%). O somatório das ocorrências nas três séries apresenta valores baixos para o pronome lexical forte (13,1%) e para o NP pleno (8,7%), próprios da gramática oral do PB. É interessante notar os anos acadêmicos isoladamente e constatar que os resultados do 9º ano mostram maior ocorrência de clítico (46,2%) do que o 7º ano e o 8º ano, apesar de também disputarem com a ocorrência do objeto nulo (31,9%); mostram ainda, de modo diferente, o aumento de ocorrência de NP pleno (15,4%) e a diminuição do pronome lexical (6,6%).

Os dados produzidos pelos participantes do EM totalizaram 286 ocorrências de objeto direto anafórico, distribuídas em 189 ocorrências de clítico, 68 de objeto nulo, 21 de NP

pleno e 8 de pronome lexical, de acordo com a tabela 2. Dados os totais de ocorrências, atestamos que os participantes do EM, nos três diferentes níveis de escolaridade (1º, 2º e 3º anos), optam de modo favorito pelo uso do clítico (66,1%), seguido de poucas ocorrências de objeto nulo (23,8%), ocorrências de NP pleno (7,4%) e baixíssimas de pronome lexical (2,8%). Entre os três anos escolares, o que mais se destaca é o 2º ano do EM, com a seguinte distribuição: clíticos (72,2% - 70 casos), objeto nulo (19,6% - 19 casos), NP pleno (5,2% - 5 casos) e pronome lexical (3,1% - 3 casos). Essas manifestações se mostram mais próximas da gramática da língua escrita-padrão do PB.

Os participantes do ES produziram o total de 287 ocorrências de objeto direto anafórico, repartindo-se em 190 ocorrências de clítico, 51 de objeto nulo, 27 de NP pleno e 19 de pronome lexical, como mostra a tabela 2.

Vistos os totais de ocorrências, atestamos que os participantes do ES, nos dois níveis de escolaridade (1ª Fase/superior incompleto e Superior completo), optam de modo preferencial pelo uso do clítico (66,2%), seguido de baixa incidência de objeto nulo (17,8%), e sucessivamente a incidência mais baixa de produção de NP pleno (9,4%) e de pronome lexical (6,6%). Entre os dois níveis, verificamos que os participantes do ES completo são os que manifestam evidência de aquisição da G2, dada a mais alta ocorrência de realização de clítico (85,2%), por um lado, e a baixa ocorrência de objeto nulo (13,1%), e ainda menor ocorrência do NP pleno (1,6%) e a ausência de pronome lexical na realização do OD anafórico.¹⁰

Resultados e discussões

Apresentados os dados obtidos no experimento e correlacionados ao nível de escolaridade, constatamos diferentes estágios de aquisição da língua escrita-padrão do PB dos participantes do evento experimental. Essas informações também nos possibilitam verificar indiretamente o grau de proficiência na gramática da língua escrita, tendo em vista a hipótese, de que se constitui como uma segunda língua (L2) desses indivíduos, conforme mencionado na seção 2, sobre os fundamentos teóricos da pesquisa.

Em particular, a produção linguística dos informantes do EF atesta frequências oscilantes entre o uso do clítico e do objeto nulo em relação às demais variantes. Consideramos que o aumento no uso do clítico acusativo, no ano final do ensino fundamental, em oposição à

10 As frequências no uso do NP pleno não parecem apontar para uma tendência. Vistas pelo ponto de vista do somatório dos níveis acadêmicos, constata-se uma situação de (quase) estabilidade (EF: 8,7%/ EM: 7,4%/ ES: 9,4%). Considerando-se os anos escolares separadamente, a variação interna, em cada nível, é significativa, em alguns casos, conforme se depreende da Tabela 1. Concluímos, tentativamente, que sua distribuição é determinada por fatores independentes, que não vamos discutir neste estudo (sendo a esQUIVA um deles).

estabilidade nos dois primeiros anos (39,8%/ 39% > 46,2%), é evidência de desenvolvimento linguístico, um reflexo do acesso cumulativo ao *input* oferecido pela escola, resultado que se contrapõe ao declínio no uso do objeto nulo, no último ano, em oposição aos dois primeiros anos (37,8%/40% < 31,9%). Além disso, é significativa a permanência no uso do pronome lexical, bem como do NP pleno, que pode ser relacionado, por hipótese, a um mecanismo de esquivas ao uso do pronome lexical (cf. nota 6).

Dessa forma, os resultados quantitativos que descrevem a situação de opcionalidade entre o uso do clítico e do objeto nulo confirmam o processo de desenvolvimento linguístico na aquisição da gramática da língua escrita (G2). Inversamente, atestamos que, no estágio inicial de aquisição da gramática da escrita-padrão, os participantes do EF evidenciam transferência das propriedades da gramática do PB oral, tais como o uso do objeto nulo e do pronome lexical, assim como o uso do NP pleno.

A produção linguística dos participantes do EM ratifica a tendência observada no nível EF, legitimando as frequências ascendentes e predominantes de clítico, o que indica o desenvolvimento da gramática da língua escrita (G2), apesar de ser ainda observada a ocorrência do objeto nulo, em determinados contextos semânticos e sintáticos, assim como das outras variantes, o que confirma o fenômeno da opcionalidade, inerente à aquisição de L2 (White, 2003). Concluímos que a redução nas realizações de objeto nulo e, inversamente, o aumento na frequência do clítico acusativo nos dados dos participantes do EM revelam que esses estudantes estão em estágio intermediário de desenvolvimento de aquisição do clítico acusativo.

Os participantes do ES (incompleto) confirmam a tendência observada para os participantes do nível EM, com a manifestação predominante de clítico acusativo (G2), apesar de ainda produzirem o objeto nulo, em determinados contextos semânticos e sintáticos, assim como as demais variantes, características da G1. Os participantes do nível ES completo apresentam a maior frequência do clítico acusativo, em relação aos participantes dos demais níveis (85,2%) e, inversamente, a menor frequência de objeto nulo (13,1%), destacando-se a ausência do pronome lexical e a menor frequência de NP pleno (1,6%) de todos os níveis investigados.

Diante do exposto, em termos globais, constatamos que entre todas as variantes de realização do OD, o clítico é a estratégia amplamente utilizada na produção escrita-padrão dos participantes pertencentes ao ensino fundamental, médio e superior, seguindo-se o uso do objeto nulo, do pronome lexical, assim como do NP pleno. Verificamos que o uso do clítico cresce com o nível de escolaridade, à medida que os usos de objeto nulo e de pronome lexical decrescem. Já o NP pleno transita em todos os níveis, o que pode ser analisado como forma de se evitar o uso inadequado das variantes estigmatizadas, seja a categoria vazia, seja o pronome lexical, na escrita-padrão do PB (cf. nota 7).

Esses resultados coincidem com os de Kato, Cyrino e Corrêa (2009), indicando que o uso do clítico depende principalmente do sistema de ensino, confirmando nossa hipótese de que os objetos nulos se manifestam como transferência da gramática oral do PB na produção escrita de indivíduos com menor nível escolar, nos anos iniciais, e que, com o decorrer da escolarização, os nulos tendem a diminuir dando entrada à aquisição do clítico de 3ª pessoa, característico da gramática da língua escrita-padrão.

Considerando-se que, quanto maior o nível de escolaridade, menor é a ocorrência de objetos nulos e de pronomes lexicais, aumentando conseqüentemente a produtividade de clíticos acusativos, conclui-se que o *input* oferecido pela escola se revela relevante no desenvolvimento da gramática da escrita pelos estudantes no que se refere ao uso dos clíticos acusativos. Concluímos ainda que a aquisição do clítico acusativo, presente no *input* da língua alvo (gramática da língua escrita/GT), é um processo regido pela Gramática Universal, sendo a redução gradual do pronome nulo indicativa da transferência dos valores paramétricos da L1 (G1) nas fases iniciais, confirmando-se o acesso parcial/indireto à GU, e o subsequente desenvolvimento linguístico, que se manifesta na gramática da escrita (G2).

Verificamos que a recuperação do clítico de 3ª pessoa ocorre preferencialmente em próclise, de acordo com o PB oral (cf. seção 2, Quadro 1, exemplos 1 a 13). No entanto, não é observado o movimento longo do clítico, em estruturas com grupos verbais, de acordo com o padrão do PB oral (cf. seção 2, Quadro 1, exemplos de 14 a 16). Em perífrases com verbos perceptivos e causativos (estruturas com sujeito ECM), foi observado o uso do pronome lexical (cf. seção 2, Quadro 1, exemplos 17 e 18), alternando com o uso do clítico no domínio sintático do verbo mais alto, sendo verificado, de forma isolada, o pronome em posição enclítica ao verbo mais baixo, nas formas *-lo(s)/-la(s)*. Também se constatou, em estruturas com um só verbo, o uso de ênclise, se o verbo se encontra em posição inicial, em conformidade com a gramática da língua escrita (cf. seção 2, Quadro 1, exemplos 1 a 13).

Embora seja constatado o desenvolvimento de uma gramática com um sistema de clíticos (G2), conclui-se, com base na ocorrência generalizada da próclise, e na ausência do movimento longo do clítico (com exceção das estruturas com sujeito ECM), que o *input* oferecido pela escola não é suficiente para implementar o padrão da gramática da língua alvo (GT/L2), em que consta o uso da ênclise e o movimento longo do clítico em grupos verbais (cf. nota 4). Desse modo, as possibilidades inovadoras de colocação pronominal do PB, como o uso generalizado da próclise e a realização restritiva do clítico enclítico no domínio do verbo mais baixo nas formas *-lo(s); la(s)* em grupos verbais com infinitivo, devem ser oriundas do acesso à GU, já que não estão disponíveis no *input* da gramática da língua alvo, nem ocorrem na L1, esta última considerada primordialmente uma gramática de objeto nulo e de pronome lexical pleno, na realização do OD anafórico de 3ª pessoa (cf. Quadro 2).

De acordo com Galves (2001, 2013), a ausência do clítico acusativo de 3ª pessoa no PB oral pode ser relacionada à concordância verbal, morfologicamente fraca no PB, que não codifica contrastivamente 1ª, 2ª e 3ª pessoa, diante da neutralização entre 2ª e 3ª pessoa, o que resulta em um sistema binário, que opõe pessoa (1ª) e não-pessoa (3ª pessoa), articulado com a oposição singular/plural. Verifica-se ainda a perda do traço de familiaridade das formas “tu” e “te”, o que se confirma em variedades dialetais em que o pronome ‘te’ é redobrado por formas de tratamento (*o/a senhor/a*) ou pela forma ‘você’ (cf. ‘Eu te dou este livro para a Senhora’, citado em Galves, 2013, p. 206). Seguindo análise de Machado Rocha (2010, citado pela autora), Galves defende que a próclise generalizada, bem como a perda do traço [+/- formal] sustentam a hipótese de que os clíticos de 1ª e 2ª pessoa são realizados como marcas afixais de concordância (de objeto) no PB. Em relação ao objeto nulo, existe controvérsia quanto ao seu estatuto categorial, por ser considerado uma categoria do tipo “pro”, segundo Galves (2001), ou do tipo NP, por reconstrução na forma lógica, segundo Cyrino (1997), com sua distribuição restringida pelos traços semânticos de animacidade e especificidade (cf. nota 3).

Assumidas as propriedades formais (inovadoras) do OD anafórico no BP (oral), em termos da reanálise dos traços formais das categorias pronominais, bem como o acesso à GU (via L1) no desenvolvimento da gramática da língua escrita (G2), diante da retenção do objeto nulo, restringido pelos traços semânticos do antecedente, e o uso inovador do clítico acusativo de 3ª pessoa, propomos que a parametrização da G2 do falante letrado, consiste em alinhar a forma átona (*o(s)/a(s)*) com as formas de 1ª e 2ª pessoa (*me/te*), em termos do mesmo licenciamento sintático do PB (oral), por sua distribuição restringida pela próclise generalizada, e pela ocorrência da forma enclítica *-lo(s)/la(s)*, em perífrases de infinitivo, ambas consideradas inovadoras, em relação à GT (e ao PE).

Portanto, essa análise justifica as diferentes realizações linguísticas obtidas na abordagem transversal, bem como mostra a aquisição do clítico acusativo no PB sendo um processo regido pela Gramática Universal, possibilitando, assim, comparar a aquisição da escrita-padrão como aquisição de uma L2.

Considerações finais

Neste estudo, investigamos o desenvolvimento da gramática língua escrita do PB em esfera escolar, considerando a hipótese de que esse processo é regido pela Gramática Universal, conforme propõe a abordagem da biolinguística (cf. Chomsky, 1995, 2005), sendo a língua alvo considerada um tipo de segunda língua (L2), conforme discutido em Kato (2005). Na análise, adotamos a hipótese de que a variação em uma língua se manifesta pela coexistência de gramáticas, o que constitui um tipo de bilinguismo dentro de uma dada língua (cf. Roeper, 1999).

O estudo experimental proposto demonstrou que, no início da aquisição, há transferência de propriedades da gramática do PB oral (G1) para a língua escrita (G2). Para os participantes, a segunda gramática (G2) desenvolve-se em consonância com a exposição ao *input* linguístico da língua escrita (língua alvo/L2) fornecido na escolarização, abrigando fenômenos que envolvem a realização do clítico acusativo, em oposição ao objeto nulo, ao pronome lexical forte e ao sintagma nominal pleno, característico da gramática nuclear (G1). Assim, verificamos que, quanto maior o grau de escolaridade, menor é a ocorrência de objetos nulos e pronomes lexicais (não-clíticos), e conseqüentemente maior é a ocorrência de clíticos acusativos. Já o baixo resultado de sintagmas nominais plenos apresentados pelos três níveis de escolaridade quase se equipara nos três níveis de escolarização, o que permite supor que seu uso seja uma estratégia marcada, para evitar o uso do objeto nulo ou para evitar o uso inadequado do clítico, enquanto as propriedades morfossintáticas relevantes não estão acessíveis ao falante/aprendiz.

Na análise da G1, assumimos a hipótese de Galves (2001, 2019), segundo a qual o sistema de clíticos de 1ª e 2ª pessoa do PB (oral), bem como a realização do OD anafórico como objeto nulo ou pronome lexical, se articulam com o enfraquecimento da concordância verbal, que se manifesta pela neutralização da 2ª e da 3ª pessoa, produzindo um contraste do tipo pessoa e não-pessoa. Nesse contexto, os clíticos de 1ª e 2ª pessoa, por sua realização em próclise generalizada no PB (oral) e pelo esvaziamento de suas propriedades formais, se realizam como afixos flexionais na estrutura do predicado, nos termos de Machado Rocha (2010 *apud* Galves, 2019), enquanto o objeto nulo e o pronome lexical de 3ª pessoa se distribuem em função do traço semântico de animacidade e especificidade. Tendo em vista o acesso à GU e a transferência das propriedades da L1 na aquisição da G2, propomos que as propriedades acima citadas estão presentes nas fases iniciais da aquisição da G2, sendo o desenvolvimento linguístico o resultado do alinhamento dos clíticos acusativos de 3ª pessoa como um afixo flexional, nos contextos de próclise, enquanto as formas enclíticas *-lo(s)/la(s)* manifestam propriedades formais idênticas, sendo sua distribuição restrita às estruturas perifrásticas com verbos no infinitivo.

Nesse sentido, confirma-se a hipótese de que existe transferência das propriedades da L1 (língua oral), nos estágios iniciais de aquisição da escrita. A aquisição de novas formas da língua escrita-padrão resulta, por hipótese, na coexistência de gramáticas com propriedades opostas, mediante o acesso ao *input* linguístico fornecido no processo de escolarização. Portanto, na escola, assim como em outras esferas de letramento, o indivíduo deve prosseguir o desenvolvimento da G2, recebendo o *input* linguístico e realizando a reanálise das propriedades em função dos contrastes paramétricos envolvidos.

Referências

- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry*, v. 36, p. 1-22, 2005.
- CORRÊA, V. R. *O objeto direto nulo no português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. L. F. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. de Acordo com a Nova Ortografia. São Paulo: Lexikon, 2008.
- CYRINO, S. M. L. *O Objeto Nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- CYRINO, S. M. L. *O Objeto Nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- GALVES, C. Competition, stability and change in the emergence of Brazilian Portuguese. In: BREITBARTH, A.; BOUZOUITA, M.; DANCKAERT, L.; FARASYN, M. *The Determinants of Diachronic Stability*. Amsterdam/ NY: John Benjamins Publishing Company, 2019. p. 191-214.
- KATO, M. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1990 [1986].
- KATO, M. A. A Gramática do Letrado. Questões para a Teoria Gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (org.). *Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga, CEHUM (U do Minho), 2005. p. 131-145.

KATO, M. A. Acquisition in the context of language change: the case of Brazilian Portuguese. *In*: RINKE, E.; KUPISCH, T. (ed.). *The development of Grammar: Language acquisition and diachronic change*. New York: John Benjamins, 2011. p. 309-330.

KATO, M. A.; CYRINO, S. L.; CÔRREA, V. R. The recovery of diachronic losses through schooling. *In*: PIRES, A.; ROTHMAN, J. *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition: Case Studies across Portuguese*. Series Studies on Language Acquisition Sola. New York: Mouton de Gruyter, 2009. p. 245-272.

MACHADO ROCHA, R. *Morfossintaxe de caso nos pronomes pessoais do PB/MG atual*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

PIRES, L. C. *Aquisição da escrita-padrão do PB por brasileiros em esfera escolar*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

RAPOSO, E. On the null object in European Portuguese. *In*: JAEGGLI, O.; SILVA CORVALÁN, C. (ed.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris Publications, 1986. p. 373-390.

ROEPER, T. Universal Bilingualism Department of Linguistics University of Massachusetts Amherst, Mass., 1999, ms.

THORNTON, R. Elicited Production. *In*: MCDANIEL, D.; MCKEE, C.; CAIRNS, H. S. (ed.). *Methods for Assessing Children's Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

WHITE, L. *Second language acquisition and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.